

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A MEMÓRIA DO TRANSITÓRIO:
A CRÔNICA E A MODERNIDADE
CARIOCA**

FELIPE SODRÉ MOREIRA

RIO DE JANEIRO
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**A MEMÓRIA DO TRANSITÓRIO:
A CRÔNICA E A MODERNIDADE
CARIOCA**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

FELIPE SODRÉ MOREIRA

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Ferreira Bastos

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A Memória do Transitório: a Crônica e a Modernidade Carioca**, elaborada por Felipe Sodré Moreira

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Ferreira Bastos
Doutora em Letras/Estudos de Literatura – PUC-Rio
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Ivan Capeller
Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Phellipe Marcel da Silva Esteves
Mestre em Letras pelo Instituto de Letras - UERJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

RIO DE JANEIRO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

MOREIRA, Felipe Sodré.

A memória do transitório: a crônica e a modernidade carioca. Rio de Janeiro, 2013.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientadora: Maria Teresa Ferreira Bastos

Para o Miguel, com muito amor, na esperança de que possa crescer em uma cidade mais humana e democrática.

Para a Vitória, com o amor leal e simples que só os bichinhos despertam na gente.

Para a Ana, com amor e cumplicidade.

AGRADEÇO...

À Teresa Bastos, minha orientadora, pela dedicação.

A Ivan Capeller e Phellipe Marcel, professores que generosamente compuseram minha banca.

À Escola de Comunicação da UFRJ, onde recebi importantes e inesquecíveis lições.

À Professora Raquel Paiva, pela atenção e interesse no projeto.

À Thaís Barcellos e Érica Resende, atenciosas e disponíveis às angústias dos formandos.

A Nilson Perissé, pela oportunidade simultânea de aprender e de demonstrar capacidade.

À Dona Darcy e Tina, que sempre estendem a mão generosa.

À minha irmã, pela amizade e o compadrio.

À minha mãe, pela força.

À minha avó, *in memoriam*, porque a morte não zera a gratidão.

A meu pai, com muita saudade.

Hablo de la ciudad construida por los muertos, habitada por sus tercos
fantasmas, regida por su despótica memoria

[...]

Hablo de la ciudad, pastora de siglos, madre que nos engendra y nos
devora, nos inventa y nos olvida

(OCTAVIO PAZ, *Hablo de la ciudad*)

Río de Janeiro,
cuando
alguna vez
para todos tus hijos
no sólo para algunos,
des tu sonrisa, espuma
de náyade morena,
entonces
yo seré tu poeta

(PABLO NERUDA, *Oda a Río de Janeiro*)

MOREIRA, Felipe Sodré. A memória do transitório: a crônica e a modernidade carioca. Orientadora: Maria Teresa Ferreira Bastos. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho conceitua a crônica entre a literatura e o jornalismo para, em seguida, verificar as relações entre a crônica e a cidade moderna. Uma das relações refere-se à memória da cidade construída pela crônica. Outra relação situa-se no plano da transitoriedade inerente à modernidade – que incide tanto sobre a cidade, quanto sobre a crônica. A partir dessa constatação, a evolução urbana do Rio de Janeiro ao longo do século XX recebe simultaneamente a abordagem histórico-urbanístico-social e o mosaico memorial que a crônica foi capaz de construir. O derradeiro objeto de análise da pesquisa é o Rio do século XXI, numa perspectiva que envolve igualmente o cotejo acadêmico e a memória em construção pela crônica recente.

Palavras-chave:

Crônica - Cidade - Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. A CRÔNICA.....	12
2.2 CRÔNICA, CIDADE E MODERNIDADE.....	15
3. A MODERNIDADE CARIOCA E A CRÔNICA.....	20
4. SÉCULO XXI: O RIO E SUA CRÔNICA.....	38
5. CONCLUSÃO.....	46
6. REFERÊNCIAS.....	48

1. Introdução

O sentido deste trabalho é, *a priori*, estabelecer e compreender as interfaces entre a crônica e a cidade, sendo o Rio de Janeiro a urbe em tela. O caminho proposto passa, necessariamente, pela conceituação da crônica como manifestação literária emanada do jornalismo, um exemplo de campo para a criação textual sobre o qual incidirá uma série de condicionantes da empresa jornalística: o espaço, a abrangência do público e a durabilidade – compreendida aí desde o prazo para a entrega às rotativas até a superação pela edição seguinte.

É fato que a acepção de crônica sugere uma gama de conceitos, dentre os quais a crônica histórica dos navegantes dos séculos XVI/ XVII. O fato de guardarem entre si – e somente – a nomenclatura derivada de Cronos significa que, em qualquer época, a crônica tem o tempo nas entranhas. Para esta pesquisa, importa a crônica moderna, aquela que surgindo nos fins do século XIX, floresce brasileira no século XX, e está aí em pleno século XXI.

Então, restabelecendo o foco, quando se fala em crônica e, portanto, em jornalismo, se deve levar em conta a cidade moderna. Sem a forma urbana não há o que se falar em termos de mediação, exatamente a tarefa a que os jornais se propõem. A cidade moderna não é apenas um ambiente, mas uma experiência totalmente nova, radicalmente instável, da qual a publicação periódica de tiragem volumosa é apenas uma novidade a mais.

Desde a essência contextual, é possível estabelecer o laço entre a crônica e a cidade moderna. A mais notável interface reside na faculdade da crônica compor uma memória da cidade. Outra, mais sutil, se revela na questão temporal que atinge a ambas – a efemeridade inerente ao processo capitalista da imprensa e da empresa imobiliária urbana. A publicação vira lixo a cada nova edição; a empresa imobiliária, aliada ao poder público, vai retalhando e adornando os espaços urbanos de acordo com suas conveniências.

Ocorre, entretanto, uma contradição – e isso é próprio da natureza capitalista. A crônica, concebida para o consumo rápido pode, eventualmente, apresentar uma qualidade ou assumir uma relevância que justifique sua presença nas páginas das antologias. E assim, a memória da cidade – seus escombros – vê-se resgatada em textos, em princípio, destinados ao descarte. Outra contradição está nessa cidade que desaparece – mas resiste na memória textual criada pela crônica.

O Rio de Janeiro é o horto fértil para as duas manifestações – a crônica e a cirurgia urbana. Pensar a cidade carioca desde o período Pereira Passos, no início do século XX, e depois

ao longo dessa era, e então repensá-la neste século XXI, é um desafio da maior pertinência. A motivação deste trabalho surge da constatação que a cidade retorna, neste momento, a um ciclo espetacular de intervenções, semelhante àqueles empreendidos por Pereira Passos e Carlos Sampaio – só para citar dois de seus maiores artífices. Descontadas as especificidades de cada época, tais ciclos possuem similitudes que impressionam. Pensar o Rio de hoje como uma consequência do ontem, sem perder de vista que a cidade permanece imersa em uma dinâmica que estabelece prioridades que são facilmente perceptíveis em qualquer época.

Paralela à dinâmica ininterrupta experimentada pelo Rio em sua trajetória moderna, a crônica sempre constituiu uma fonte para a compreensão do passado e para as reconfigurações da cidade desaparecida. Entendendo a crônica, em que pese sua precariedade inicial, como um lugar da memória, o texto reconduz o leitor à cidade de outrora, dando conta da fugacidade com que se transforma.

Assim, a condução desta pesquisa compreende três momentos: o primeiro é conceituar a crônica enquanto manifestação que se posiciona entre o jornalismo e a literatura. Esse momento inicial recorre às obras fundamentais de Antonio Candido, Beatriz Resende, Margarida de Souza Neves, Ariane Ewald, Flora Süssekind, Jorge de Sá, Marlyse Meyer, apenas para citar alguns autores. Ainda na primeira etapa, verifica-se o parentesco da crônica e da cidade sob o espectro fugaz da modernidade. Aqui a pesquisa recorre a certas interpretações da modernidade formuladas Walter Benjamin, Carl Schorske, Marshall Berman, Ben Singer, George Simmel, e outros.

O segundo momento diz respeito ao estudo da evolução urbana do Rio de Janeiro no século XX, recorrendo simultaneamente à memória disponível pela crônica. As referências de Maurício de Almeida Abreu em *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, e de Raquel Paiva e Muniz Sodré em *Cidade dos artistas* constituem o principal eixo do ponto de vista da formação urbana. Outras referências bibliográficas serão adotadas conforme surjam na pesquisa. As crônicas, de diversos autores, pretendem referenciar e ser referenciadas pelas obras citadas e pelas outras compatíveis. Nesse sentido, é importante notar que as crônicas apresentadas nesse capítulo são selecionadas em livros, ou seja, já obtiveram o benefício da perenidade. O que se objetiva, com esse percurso, é criar uma espécie de efeito mosaico sobre os rumos da modernidade carioca.

O mosaico de crônicas inclui as lembranças de Manuel Bandeira sobre um Rio anterior a Pereira Passos, a exaltação de Olavo Bilac ao arrasamento da velha cidade colonial, a crítica de Lima Barreto que, em diversos textos, analisa as transformações – e os interesses por trás delas.

Há também João do Rio, cujas reportagens dão voz a certas vivências ocultas nas sombras da civilização pretendida e Vivaldo Coaracy, que traz a memória do bairro da Misericórdia – hoje desaparecido. Lêdo Ivo, Joel Silveira e Marques Rebelo testemunham os primeiros sinais da verticalização dos bairros e da favelização dos morros, dinâmicas que se prolongarão pelo século XX. Antônio Maria e Carlos Drummond de Andrade tratam da dicotômica convivência entre classes socialmente distintas no exíguo e valorizado espaço da Zona Sul. Paulo Mendes Campos e, principalmente, Carlinhos Oliveira reconstituem os caminhos da urbanização carioca nos fins do século XX – a saturação da Zona Sul e a expansão rumo à Zona Oeste.

A pesquisa termina investigando os rumos atuais da cidade. Diante de megaeventos internacionais, que processo está em curso no Rio de Janeiro? Que semelhanças e diferenças possuem de outros ciclos espetaculares que incidiram sobre a gente e o solo urbanos? Não há a pretensão de dar conta de tudo o que vem ocorrendo, mas a pesquisa ademais de apontar as linhas gerais do processo, faz um resumido inventário das mais emblemáticas intervenções em curso – como as que envolvem a região portuária da cidade. As referências que dão conta deste ciclo são principalmente artigos encontrados na internet e nos jornais. Para contextualizar, as crônicas dão o ar de sua graça. Essas, recentemente publicadas, igualmente obtidas em jornais, revistas e sites. O Rio segue na pauta dos cronistas – Fausto Fawcett, Aldir Blanc, Joaquim Ferreira dos Santos, Artur Xexéo, Fernanda Torres e João Paulo Cuenca.

Enfim, o presente trabalho almeja verificar os rumos da modernidade carioca e de que maneira a crônica construiu e constrói sua memória. O esforço vale a recompensa: redescobrir novamente a mesma cidade, eternamente mutante.

2. A Crônica

A inserção da crônica nas literaturas de língua portuguesa está fortemente associada à expansão marítima. Em sua acepção primeira, cronista era o intelectual viajante a quem, por ordem real, cumpria registrar para a posteridade a memória das expedições. Já no século XV, com o cronista geral Fernão Lopes, a tarefa de historiar não se completa sem uma dose autoral, de maneira que “seu papel de cronista era marcado pelo subjetivismo, oralidade e dramatismo e organizava a narrativa através de seu olhar” (EWALD, 2005, p.46).

A crônica analisada neste trabalho constitui uma categoria que pouco tem a ver com a referida acima. Apesar dos estilos diferentes e dos séculos de separação, compartilham a mesma nomenclatura, derivada de *Cronos*, de modo que a crônica, a partir da própria etimologia, é um gênero referente ao tempo. Segundo Margarida de Souza Neves (1992), a crônica é sempre, independentemente da forma, uma escrita do tempo. Nessa relação visceral com o tempo, a crônica de qualquer período constitui um meio de representação do passado, um acervo ligado à memória. Ao lançar mão do tempo como sua referência básica, “a crônica, como a história, de modos certamente diversos, se constituem numa escrita memorialística” (NEVES, 1995, p.27).

A distinção entre as maneiras de compilação não impede, no entanto, que ambas sejam consideradas como particulares lugares de memória¹, de sorte que é possível reconhecer na tarefa comum de registro, ainda que de modos diversos, uma relação familiar entre o cronista e o historiador (NEVES, 1995). Tendo por princípio básico registrar o circunstancial (SÁ, 2005) e o compromisso com o imediato, a perspectiva do cronista “não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão” (CANDIDO, 1992, p.14). A crônica, registrando a minúcia e os valores de um tempo, possui a legitimidade de fonte histórica e, para Sandra Pesavento (1999), serve para que o historiador chegue, por vias não tradicionais, à representação do passado.

Na tentativa de orientar um breve panorama histórico, cumpre esclarecer que a crônica moderna chega ao Brasil em meados do século XIX, como um sintoma a mais da vasta influência francesa sobre a sociedade brasileira. A essa altura, não há que se falar em crônica no sentido a qual estamos habituados. A palavra é folhetim, vem do francês *feuilleton*, e em seu país de origem designa um espaço no rodapé do jornal, reservado ao entretenimento, que estimula

¹ Lugares da memória na acepção de Pierre Nora em *Les lieux de la mémoire*. O conceito é abordado por Margarida de Souza Neves (1992) e, a partir dessa fonte, é incorporado a este trabalho.

todas as formas de escrita destinadas à diversão, inclusive as experimentações no campo da narrativa (MEYER, 1992). Deve-se ressaltar que o *feuilleton* constitui um termo genérico que nomeia um espaço na diagramação do jornal em sua essência variada – que vai da crítica teatral, passa pela resenha literária, até chegar à publicação de romances em capítulos, o que se mostrará um enorme sucesso (MEYER, 1992). A partir da década de 1840, na França, “praticamente todos os romances passam a ser publicados nos jornais e revistas, em folhetim, ou seja, em fatias seriadas” (MEYER, 1992, p.99).

No Brasil, o folhetim segue inicialmente o modelo francês, ou seja, é o espaço do jornal aberto a qualquer recheio e que, assim como na França, trará grande rentabilidade ao jornal, principalmente publicando romances seriados (MEYER, 1992). Em terras brasileiras, “nos anos de 1840, a palavra folhetim está relacionada aos romances publicados no rodapé e às críticas teatrais” (EWALD, 2005, p.47). Nesse momento, predominavam romances franceses traduzidos; aos poucos, porém, obras nacionais vão ganhando destaque nos folhetins, a exemplo de *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, publicada com grande êxito no Correio Mercantil entre 1852 e 1853. Levando em conta a flexibilidade que caracteriza o folhetim, podemos concluir que textos de diversos tipos acabaram encontrando ali espaço para publicação, sempre que o romance não preenchesse o espaço a ele destinado. Esse sortimento de textos, que surge meramente para preencher lacunas, aos poucos se torna um gênero e, “em 1854 esse gênero novo produzido nos jornais e com características próprias desse meio de comunicação já tem seu espaço e fixação delimitados” (EWALD, 2005, p.56).

Do ponto de vista da cultura nacional, a hospitalidade inerente ao espaço permitirá a gênese de uma escrita brasileira, de maneira que “o território livre do folhetim na nossa ainda balbuciente cultura vai ajudar a dar forma a esse balbucio, soltando a língua e obrigando precisamente a não ficar só de olho em Paris” (MEYER, 1992, 126). Adotando uma perspectiva conceitual, pode-se resumir da seguinte maneira:

Inicialmente, o termo folhetim designava somente o romance publicado em capítulos no rodapé do jornal e o lugar da publicação passou a ter o título de Folhetim. Com a introdução, no mesmo espaço, de um “artigo” leve comentando os acontecimentos cotidianos da cidade, estes textos passaram a ser chamados de “folhetim” para, alguns anos depois, também assumirem o nome de crônica. [...] A palavra folhetim é lentamente abandonada e o termo crônica generalizou-se no fim do século XIX. Mas o estilo foi ainda se modificando com o passar do tempo, [...], até chegar ao que hoje conhecemos como crônica moderna (EWALD, 2005, p. 57-58).

Sobre o mesmo processo, com ênfase no estilo característico do gênero, é da lavra de Antonio Candido a descrição clara e sucinta: “Aos poucos o ‘folhetim’ foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje” (CANDIDO, 1992, p.15)

Já é possível reconhecer algumas características da crônica. Em primeiro lugar, trata-se de um gênero desenvolvido na rotina jornalística. Encontra-se submetido aos limites de espaço e aos prazos. Por outro lado, não obedece aos manuais de redação e preserva o traço autoral e certa liberdade temática. Nesse sentido, aproxima-se da literatura. Conceitualmente, a crônica é um gênero híbrido, e “está localizada na fronteira entre o jornalismo e a literatura”. (MARIANI, 2010, p.135). Como gênero de expressão literária, a crônica admite múltiplas características, podendo se aproximar do conto, do ensaio, do artigo, ou mesmo da poesia. Marshall Berman (1986), ao tratar da obra de Baudelaire, observa que os poemas de *Spleen de Paris* foram publicados inicialmente nos folhetins parisienses e que não estavam dispostos em versos, mas como prosa, no formato de notícias. Para o acadêmico estadunidense, o que o poeta francês pretende é transmitir através dessa linguagem as vivências que surgem na Paris modernizada de Haussmann.

No Brasil, em especial, a crônica desenvolveu uma linguagem própria, diferente da aplicada a outros gêneros da prosa. Para Flora Süssekind (1987) há uma evidente relação entre a moldagem do estilo da crônica e a dinâmica da atividade jornalística, principalmente após a introdução do fotojornalismo, na primeira metade do século XX. Para a autora, é esse o ponto de inflexão em que a crônica desiste de rivalizar com a imagem visual, e assim abrevia sua forma e se torna mais comprometida com elementos paradigmáticos do jornalismo moderno – a urgência e os espaços da diagramação. Recentemente, ao ser perguntado sobre qual o segredo para escrever uma boa crônica, Ruy Castro (2013) afirmou que é saber sintetizar um pensamento no espaço de que dispõe na Folha de S. Paulo – 1.830 caracteres.

No mesmo entendimento ligado ao jornalismo, Beatriz Resende (1993, p.63) confirma: “as contingências de pressa e de obrigação profissional que caracterizam a crônica na modernidade levam à opção por uma coloquialidade agradável que faz do leitor um cúmplice” A submissão à práxis jornalística levou à simplificação da escrita, pois da “premência decorre a grande espontaneidade da crônica, sua simplicidade na escolha das palavras – termos do dia-a-dia, do vocabulário da população” (LOPEZ, 1992, p.167).

É interessante notar que mesmo um autor como Olavo Bilac, conforme observa Antonio Candido (1992), regulava a adjetivação e as construções raras ao redigir suas crônicas, comportamento oposto em se tratando da poesia. Bilac, no entendimento de Flora Süssekind (1987), reservava seu arsenal de ornamentos para os gêneros que considerava artísticos, em uma tentativa evidente de descolar o poeta/artista, de produção artesanal para um público restrito, do cronista/profanador da arte, que trabalha em escala industrial para um veículo de ampla difusão. Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) afirma que, até a segunda metade do século XX, o jornalismo de maneira geral era concebido como um subproduto das belas artes.

Portanto, não é exagero atribuir à crônica a gradual introdução da oralidade na escrita, bem como não se mostra indevido atribuir-lhe a condição de gênero ímpar do jornalismo literário brasileiro (CANDIDO, 1992). Na mesma seara, Beatriz Resende compreende a crônica como uma expressão alegórica, ecoando a definição formulada por Walter Benjamin, na qual a alegoria “despe-se dos elementos puramente edificantes e enigmáticos, para se transformar numa escrita a ser compreendida” (RESENDE, 1993, p.59).

Um aspecto fundamental da crônica a se destacar diz respeito ao tempo de sua duração, da véspera da publicação à obsolescência do dia seguinte. Conforme já analisado, o suporte jornalístico responde pela linguagem despojada que caracteriza a crônica. Isso ocorre em função de certas condicionantes, como a diagramação, o imenso público leitor, e a urgência para o fechamento da edição. Nesse sentido, Vinícius de Moraes no metalinguístico *O Exercício da Crônica*, comenta a realidade do autor na era anterior ao fax e à internet: “um cronista que se preza, ao fim de duas semanas estará gastando a metade de seu ordenado em mandar sua crônica de táxi” (1979, p.09).

Sobre o descarte, em princípio a crônica acompanha o destino dado ao jornal que lhe serve de suporte. Feita para “essa publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha” (CANDIDO, 1992, p.14), a crônica surge para a efemeridade, para a curta duração. Portanto, a crônica incorpora essa transitoriedade, servindo à fruição de leitores apressados (SÁ, 2005). Ao ser recolhida das páginas do jornal e ganhar as páginas do livro, a crônica assume uma dimensão certamente mais duradoura. Esse fato, no entanto, não altera sua essência porque é justamente o sentido provisório que lhe confere a leveza e o aparente descompromisso que garantem sua autenticidade enquanto gênero (RESENDE, 1995).

2.1 Crônica, cidade e modernidade

A natureza transitória da crônica emana da prática jornalística moderna, voltada ao grande público e consumo imediato. “Filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa” (CANDIDO, 1992, p.14), a crônica ganha prestígio no momento em que, de acordo com Beatriz Resende (1993), a esfera pública burguesa está organizada, inclusive como produtora e consumidora de suas próprias manifestações literárias. Ben Singer (2004) destaca – entre as mudanças que caracterizam a modernidade no plano socioeconômico – os acelerados processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional, e a explosão de uma cultura de consumo de massa. A crônica se insere nessa dinâmica, não apenas como registro da época moderna, mas “é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, [...], à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles” (ARRIGUCCI JR., 1987, p.36).

A relação da crônica com a cidade vale algumas reflexões. Em primeiro lugar, é o *locus* urbano o ambiente propício para a ascensão do gênero. Ligada ao jornal de padrões modernos, no momento em que esse “se tornou cotidiano, de tiragem relativamente grande e teor acessível” (CANDIDO, 1992, p.15), é natural que a crônica se situe no local onde se esbarram os leitores e as notícias, afinal “o desenvolvimento dos meios de comunicação e a velocidade da notícia imprimiam à vida urbana um padrão de consumo rápido das informações” (PESAVENTO, 1999, p.181). O jornal diário, na condição de produto típico do cotidiano moderno, assume um papel vital para o consumo e o intercâmbio que marcam a nova realidade (COHEN, 2004).

Para o segundo aspecto dessa relação, referente à cidade como tema da crônica, é oportuno recordar a lição de Beatriz Resende (1995), para quem o gênero é claramente uma modalidade de literatura urbana que, no caso brasileiro, assume a peculiaridade de ter nascido, crescido e se fixado em terras cariocas. Para essa autora, é na crônica que a cidade se escreve, em função da respiração e do clima urbano presentes no texto. Essas características revelam a intenção do cronista de incorporar, à sua escrita, a pressa da vida na cidade (SÜSSEKIND, 1987). Em uma perspectiva comparativa entre as memórias construídas pela história e pela crônica respectivamente, Margarida de Souza Neves (1995) observa que enquanto a primeira adota uma referência nacional em suas análises, a crônica tem por tarefa mais eminente a memória da cidade.

Na tarefa de construção da memória urbana, o cronista percorre a cidade em atitude de *flânerie*, pois, “as descrições reveladoras da cidade grande [...] procedem daqueles que, por assim dizer, atravessam a cidade distraídos, perdidos em pensamentos” (BENJAMIN, 2000, p.69). Por isso, ao passo das pernas, “o olhar percorre a cidade como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar” (CALVINO, 2003, p.20). O *flâneur* é uma manifestação da cidade moderna, um posicionamento do indivíduo urbano diante do espaço/tempo em que está inserido, percebido pela ótica burguesa utilitária do século XIX como um ocioso que dificulta a circulação nas ruas, tolerável apenas em se tratando de um filósofo, artista ou poeta em momento de criação. Ou seja, mesmo a exceção admitida tem que se enquadrar em algum sistema produtivo (EWALD, 2005). Cronista essencial da modernidade carioca, João do Rio reflete sobre o assunto:

É vagabundagem? Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas. (2007, p.28)

A ligação da crônica com a cidade moderna transcende à consolidação da memória urbana. Ambas estão irmanadas sob o signo da fugacidade, inerente à condição moderna, tempo em que “tudo que é sólido desaparece” (MARX; ENGELS, 1986, p.12). É a transitoriedade típica da modernidade, em seus múltiplos movimentos de dissolução e reconstrução, o fator que articula simultaneamente a crônica e a cidade ao contexto moderno. Renato Cordeiro Gomes (2008), recorrendo a Marshall Berman, lembra que o movimento pendular entre destruição e construção torna-se a polaridade que anima a modernidade. Assim, crônica e cidade encontram-se submetidas à experiência da transitoriedade permanente, para usar um conceito fundamental para a condução deste trabalho:

A cidade não tinha um *locus* temporal estruturado entre passado e futuro, e sim um atributo temporal. A cidade moderna oferecia um *hic et nunc* eterno, cujo conteúdo era a transitoriedade, mas cuja transitoriedade era permanente. A cidade apresentava uma sucessão de momentos variegados, fugazes, e cada um deles deveria ser saboreado em sua passagem da inexistência ao esquecimento (SCHORSKE, 2000, p.67).

Não será a percepção expressa no texto acima, referente à cidade, aplicável à crônica? Em sua perspectiva industrial, não são as crônicas uma sucessão de momentos variegados e

fugazes que devem ser desfrutados em sua passagem da inexistência ao esquecimento? Em vez de meramente possuir um *locus* temporal, não serão dotadas de um atributo temporal? É oportuno observar que a crônica funciona “como representação literária do fragmentário, do ambíguo, do efêmero; como espécie que ao utilizar-se de sua própria maneira de ser alegórica apresenta o presente – que ao ser narrado já é passado – como ruína” (RESENDE, 1993, p.60). É nesse jogo de fragmentos que Katia Muricy (2008), em ensaio sobre os espaços na obra de Walter Benjamin, recorda que a Paris moderna expõe, como alegorias, as ruínas de sua caducidade. Com efeito, na modernidade, o processo de obsolescência está na natureza do sistema:

O dinamismo inato da economia moderna e da cultura que nasce dessa economia aniquila tudo aquele que cria – ambientes físicos, instituições sociais, ideias metafísicas, visões artísticas, valores morais – a fim de criar mais, de continuar infindavelmente criando o mundo de outra forma (BERMAN, 1986, p.273).

À luz da modernidade, a relação entre a cidade e a crônica se estabelece objetiva e subjetivamente. No plano objetivo, a crônica se presta à construção da memória da cidade, reconstitui a cidade em texto a partir do “fragmento que anota o cotidiano [...] e constata o apagamento da memória urbana inscrita nas pedras dos monumentos” (GOMES, 1995, p.158). Vale notar que a própria concepção de cotidiano, como medida temporal, está associada à problemática da modernidade:

O cotidiano designa a forma pela qual a experiência diária de produção e reprodução das pessoas é moldada pela conjunção entre a lógica capitalista da mais-valia, a industrialização, a urbanização e a crescente atomização e abstração da forma social dominada pela burguesia (COHEN, 2004, p.259).

Reconstituída a partir do fragmento, do caco, “essa cidade tomada por constante movimentação se paralisa. Torna-se quebradiça como o vidro, mas, também como o vidro, transparente – ou seja, transparente em seu significado” (BENJAMIN, 2000, p.81). No plano subjetivo, crônica e cidade, como fenômenos da modernidade, estão submetidas ao compasso perene da transitoriedade, sendo que a crônica não é somente o gênero propício para imprimir o espaço urbano, mas, do ponto de vista simbólico, refere-se à própria maneira fragmentada e

veloz de percebê-lo (GOMES, 2008). Essa fruição acelerada da cidade está associada à experiência da modernidade, que ensejou um mundo fenomenal, especialmente urbano, notadamente mais caótico e fragmentador (SINGER, 2004). Essa experiência está marcada, no nível individual, pela intensificação de estímulos nervosos, em decorrência das condições psicológicas criadas pela urbe moderna (SIMMEL, 1979) – um ambiente que “despeja a todos num permanente turbilhão de desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia” (BERMAN, 1986, p.15).

Pode-se constatar, enfim, que na essência da relação entre a crônica e a cidade está a diversidade de cotejos temporais. Quando escapa do descarte fugaz e adquire a permanência de um livro, em um movimento contraditório de superação de sua natureza circunstancial, a crônica reafirma sua importância enquanto gênero. Esse movimento revela que, ademais do circunstancial, estariam presentes ao texto questões permanentes, como a própria vida na cidade (RESENDE, 1993). A crônica, em sua própria urgência, ao pinçar o fragmento do veloz cotidiano moderno, reinterpreta alegoricamente o espaço urbano. Cidade e crônica, permanentemente transitórias, reconstituem uma memória alicerçada em ruínas.

3. A modernidade carioca e a crônica

A diversidade da experiência moderna não permite que se estabeleça seu marco inicial. Com efeito, as múltiplas implicações da modernidade vão surgindo aos poucos no contexto carioca, em um período que envolve os séculos XIX e XX. Para este trabalho, no entanto, adotamos o período da administração Pereira Passos à frente da cidade como ponto de partida para o estudo da modernidade no Rio de Janeiro – análise sobre a qual incidirá o testemunho da crônica, legitimamente considerada como “gênero compulsório da modernidade carioca, [...] também um gênero particularmente expressivo desse mesmo tempo em particular” (NEVES, 1992, p.82).

Francisco Pereira Passos é nomeado prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pelo presidente Rodrigues Alves. O ano é 1902 e marca o momento em que a elite cafeeira sedimenta a hegemonia política retomada das mãos dos militares em 1894 e articula-se para “integrar cada vez mais o país no contexto capitalista internacional” (PAIVA; SODRÉ, 2004, p.79). Pereira Passos, um dos membros da antiga Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro (1875), empreendeu, nos quatro anos de seu mandato, a maior reforma verificada até então no espaço carioca. Essa reforma buscava essencialmente superar as contradições que não se alinhavam ao momento pelo qual passava o país e pode ser resumido em um mote bastante popular na ocasião: o Rio civiliza-se. Conforme ensina Beatriz Resende:

No início da república há um discurso moderno que se reflete na redefinição do espaço urbano. O próprio positivismo fantasia-se de progressista propondo rupturas com a sociedade colonial e adesão ao processo civilizatório da capital (1993, p.51).

Do ponto de vista econômico, a precariedade das instalações portuárias obstaculizava o movimento de embarque e desembarque de mercadorias. Do ponto de vista simbólico, era preciso reconfigurar os espaços centrais da capital, de traços marcadamente luso-coloniais, de maneira a dotá-la de feições modernas, à francesa. A reforma executada no período Pereira Passos é comumente interpretada, não sem motivos, como a versão tropical da reforma que o prefeito Haussmann realizou, sob as ordens de Napoleão III, na Paris do século XIX. A replicação desse modelo não foi uma tendência exclusivamente brasileira, uma vez que:

Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo de urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon (BERMAN, 1986, p.147).

Para que se torne perceptível o Rio anterior à reforma Pereira Passos, a pesquisa recorre a Manuel Bandeira, em crônica intitulada *O Rio de Ontem e de Hoje*:

Um Rio que, embora capital da República, ainda era bem provinciano, a certos aspectos até rural, mesmo nos arrabaldes menos afastados do centro urbano. Basta imaginar que, por volta de 1898, vi em Laranjeiras os perus serem vendidos em bando, soltos na rua e tangidos por um português [...]. Tal prática era possível na cidade aonde ainda não haviam chegado os automóveis. [...]. Lembro-me bem de tudo que era primitivo, incômodo ou desagradável no Rio antigo. Dos quiosques, por exemplo, as tendinhas da época. Os imundos quiosques, verdadeiros escarros nas praças da cidade. [...] nesse desaparecido Rio, onde a febre amarela fazia anualmente sua incursão mortífera (1968, p.51-52).

Bandeira aponta a sujeira dos quiosques e a febre amarela como aspectos que não deixaram saudade na memória da cidade. Com efeito, o discurso do saneamento torna-se o fundamento científico que justificará a série de intervenções executadas por Pereira Passos, afinal a cidade que se pretendia transformar em símbolo de um novo Brasil não podia estar associada à febre amarela e às más condições higiênicas. Em termos conceituais, “o sanitarismo e o urbanismo foram pinçados como discursos neutros, técnicos, capazes de anular os debates que necessariamente passavam pela sociedade e o poder público” (COSTA, 2009, p.02). Em termos pragmáticos, essa preocupação ensejou a canalização de alguns rios, a remoção do lixo para a Ilha Sapucaia (atualmente parte integrante da Ilha do Fundão), a ofensiva contra os quiosques da cidade e o comércio ambulante e, principalmente, a demolição de uma série de cortiços, os quarteirões operários existentes na área central (ABREU, 1997). Esse padrão não era novidade, uma vez que desde cedo o Rio não se organizou em função do trabalho, mas em função da centralidade administrativa e da atração provocada por ela. Assim, “cedo a própria cidade se transformou – ela mesma – numa mercadoria” (RESENDE, 1993, p.119).

À demolição dos cortiços seguia-se a abertura ou o alargamento de novas vias. Numerosos exemplos dessa ação podem ser observados no período, como a abertura das ruas Mem de Sá e Salvador de Sá, que estabelecia a ligação entre a Lapa e o Estácio, e cuja

construção exigiu a demolição de muitas residências que serviam à população mais pobre. É interessante notar que o *modus operandi* dessas intervenções envolvia a perspectiva da especulação imobiliária em sua gênese, já que “a Prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Visava com isso à venda dos terrenos remanescentes (e agora valorizados) após o término das obras” (ABREU, 1997, p.61). A reforma urbana estava inserida em uma dinâmica que consistia em “pôr fim ao intrincado de lojinhas e cortiços de gente pobre e negra que se espalhava pelo centro urbano, a pretexto de um embelezamento à francesa, capaz de preparar a cidade para o capital estrangeiro” (PAIVA; SODRÉ, 2004, p.82).

A abertura da Avenida Rio Branco – então Avenida Central – constitui a intervenção mais paradigmática do período Pereira Passos, embora tenha sido executada pelo Governo Federal. Todo o conjunto de ações previstas no empreendimento atende às premissas do modelo preconizado por Haussmann, a começar pela avenida em si, a nova espécie de bulevar, “a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a modernização da cidade tradicional” (BERMAN, 1986, p.145). A experiência do bulevar como padrão de urbanismo moderno, ao demolir o labirinto de vielas e becos da cidade antiga, trouxe à luz a diversidade da sociedade urbana, tornando-a uma grande “família de olhos” (BERMAN, 1986). Essa consequência da cidade modernizada sobre seus habitantes pode ser constatada na crônica *Ontem e Hoje*, de Lima Barreto:

Como todo o Rio de Janeiro sabe, o seu centro social foi deslocado da Rua do Ouvidor para a avenida e, nesta, ele fica exatamente no ponto dos bondes da Jardim Botânico². Lá se reúne tudo o que há de mais curioso na cidade. São as damas elegantes, os moços bonitos, os namoradores, os amantes, os *badauds*, os *camelots* e os sem esperança (1956c, p.101).

Para preencher os espaços recém-disponíveis nas margens da Avenida Rio Branco, foi prevista a construção de uma série de edifícios suntuosos, fator que atraiu para a nova via o melhor do comércio e dos serviços existentes na cidade, de maneira que não é demasiado elencar entre as razões de sua abertura a “necessidade do capital e dos valores da época de se expressarem simbolicamente” (ABREU, 1997, p.63). Mesmo levando em conta o custo social do empreendimento – de duas a três mil casas demolidas – o importante mesmo era o efeito

² Cia. de Bondes Jardim Botânico. Por isso da Jardim Botânico

cenográfico da reforma (PAIVA; SODRÉ, 2004). Trata-se da aplicação de outro aspecto do modelo parisiense, de grandes e majestosas perspectivas, cravado de monumentos, para que cada passeio levasse a um clímax dramático (BERMAN, 1986). A ausência de obras suntuosas, que conferiam prestígio às capitais platinas, também não condizia com a imagem que se tentava projetar (ABREU, 1997). A capital brasileira fora, até os anos de 1880, a cidade mais importante da América do Sul. Nessa década, porém, a convergência de um regime político pacífico e a entrada da carne e do trigo argentinos no mercado europeu, graças à invenção do frio artificial e dos navios-frigoríficos, impulsionou a economia argentina e Buenos Aires assumiu a primazia entre as capitais do continente (ROCHA-PEIXOTO, 2000). É da crônica de Lima Barreto, *A Volta*, que se extrai a direta observação:

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos (1956c, p.83).

O processo de renovação da face urbana – de seus usos e costumes – ocorreu simultaneamente à demolição dos referenciais da cidade velha, fossem esses materiais – prédios, praças, ruas – ou imateriais, como as práticas sociais que se buscava superar. Para Sandra Pesavento (1999, p.182), “tudo na cidade era “absolutamente provisório”, e o cidadão que buscasse retornar a um lugar não o encontraria mais, tal a fúria demolidora que alterava o espaço, deixando de ter sentido a planta da cidade”. Olavo Bilac manifesta, em uma crônica publicada na revista *Kosmos*, uma percepção entusiasmada com relação à obra que se iniciava:

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos de construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. [...] A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente (BILAC apud PESAVENTO, 1999, p.183).

A demolição de imensas áreas residenciais no Centro, como medida para a superação das contradições já mencionadas, dialeticamente gerou novas contradições. A questão da habitação

popular torna-se explícita nesse momento. À população expulsa de suas residências resta ocupar os morros próximos ao Centro ou amontoar-se no que restou dos cortiços e casas de cômodos. Em uma cidade cujo transporte público é incipiente, residir próximo ao trabalho é matéria de sobrevivência. João do Rio, em *Sono Calmo*, retrata a miséria reinante em uma hospedaria popular no desaparecido bairro da Misericórdia:

Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atiradas ao soalho. [...] Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. (2007, p.158-159).

Lima Barreto inicia a crônica *Variações...* chamando a atenção do leitor para uma notícia e, em seguida, comenta o tema habitacional:

Não sei se os senhores leram que a polícia, [...], foi encontrar num matagal de Fábrica de Chitas³, um indivíduo da cor preta, que aí armara tenda, comia e fazia outras necessidades naturais. Não diz a notícia dos jornais que o homem se alimentasse de caça e pesca, acabando assim o quadro de uma vida humana perfeitamente selvagem, desenvolvendo-se bem perto da avenida Central, que se intitula civilizada. Seria um modelo que deveríamos todos imitar; pelo estado em que as coisas estão [...]. Atualmente, nada mais mete medo a um pobre-diabo do que a tal história de aluguel de casa (1956b, p.86).

Outro aspecto relacionado ao déficit habitacional verificado no período de toda a República Velha diz respeito ao crescimento populacional. A decadência da lavoura agroexportadora nos arredores imediatos (leia-se Estado do Rio), somada aos apelos emitidos pelo Rio enquanto capital renovada foram decisivos para atrair grandes contingentes à cidade. No campo das políticas públicas específicas, recorremos a outro trecho de *A Volta*, de Lima Barreto:

Os jornais já publicaram fotografias edificantes dos primeiros que foram procurar passagens na chefatura de polícia. [...]. Porque o Senhor Rio Branco [...] cismou que havia de fazer do Brasil grande

³ Na região da Tijuca.

potência [...] de dotar a sua capital de avenidas, de *boulevards*, elegâncias bem idiotamente binoculares [...]; e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e deixou lá suas choupanas. [...] e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos (1956c, p.82-83).

Do ponto de vista urbanístico, a construção da Avenida Rio Branco permitiu a ligação viária entre duas importantes obras do mesmo período: a Avenida Beira Mar e o novo porto da cidade, incluída aí a Avenida Rodrigues Alves, construída pelo Governo Federal sobre aterro. A consolidação da Zona Portuária e desse eixo viário era fundamental para a circulação de mercadorias e, assim, contribuía para aprofundar a integração do país na nova divisão internacional do trabalho (ABREU, 1997). O período Pereira Passos significou, ademais, a afirmação de uma tendência de hierarquização espacial já observável desde meados do século anterior e que norteará a evolução urbana do Rio de Janeiro. Essa tendência se faz presente já nas primeiras reformas, e se localiza no escopo teórico da modernização excludente, ou seja, “a aplicação do modelo europeu-moderno a uma parte privilegiada da cidade, acompanhada da segregação territorial dos mais pobres” (PAIVA; SODRÉ, 2004, p.81). Nessa perspectiva, a atuação do estado estabelece prioridades, observando os interesses do capital na tarefa de organizar o espaço urbano. Assim, “centro e zona sul, de um lado, e subúrbios, de outro, passam então a se desenvolver impulsionados por forças divergentes, embora emanadas da mesma necessidade de acumulação do capital” (ABREU, 1997, p. 72-73).

As ações do Estado não acompanham a distribuição demográfica que vai se formando nesses anos. As benfeitorias, dos transportes ao saneamento, vão abrindo frentes pioneiras pelo litoral sul carioca, aonde novas áreas vão sendo loteadas e incorporadas à empresa imobiliária. Lima Barreto, em *O Cedro de Teresópolis*, vê além do que poderia ser um mero engano:

Aos famosos melhoramentos que têm sido levados à cabo nestes últimos anos, com raras exceções, tem presidido o maior contrassenso. Os areais de Copacabana, Leme, Vidigal, etc. é que têm merecido os carinhos dos reformadores apressados. [...]. É preciso não cessar em profligar tal erro; tanto mais que não há erro, o que há é especulação, jogo de terrenos, que são comprados a baixo preço e os seus proprietários procuram valorizá-los num ápice de tempo, encaminhando para eles os melhoramentos municipais (1956a, p.77).

Nos subúrbios, a indústria nascente atrai uma numerosa população servida pelos trens. Em verdade, no período compreendido entre 1906 e 1920, as freguesias suburbanas têm um crescimento populacional quase três vezes superior ao das freguesias urbanas (ABREU, 2007). É crucial perceber que, principalmente no período da I Guerra Mundial (1914-1918), um montante expressivo de capitais que estariam destinados à importação direciona-se para a atividade industrial. A despeito da implantação fabril nos bairros suburbanos, a infraestrutura urbana dessa zona, no entanto, se mantém precária. Sobre essas paragens, as necessidades de acumulação do capital não incidiam com o mesmo ímpeto ocorrido na Zona Sul e no Centro, o que não estimula as ações estatais, que efetivamente catalisaram o processo de estratificação espacial, porque atuavam “agora diretamente sobre um espaço cada vez mais dividido entre bairros burgueses e bairros proletários, e privilegiando apenas os primeiros na dotação de seus recursos” (ABREU, 1997, p.73). Novamente Lima Barreto, morador do subúrbio de Todos os Santos, denuncia em *História Macabra* a precariedade de sua vizinhança:

Fomos indo. Tínhamos que atravessar a linha da Estrada de Ferro Central. [...] Por que não partia o trem? Houvera um desarranjo no “subúrbio” que o antecederá e a linha estava impedida. [...] Esta rua há vinte anos que foi calçada; e, desde essa longínqua data, o seu calçamento não tem recebido o menor reparo (1956c, p.102-103).

Já em *Botafogo e os Pró-Homens*, o mesmo autor mostra a exuberância dos projetos para a Zona Sul:

Um cidadão lembra-se que nós não temos um Chantilly, um Epson, um Palermo, isto é, um prado de corridas [...] – logo ele aventa a ideia ao governo construí-lo, como se fosse coisa de utilidade geral, e concomitantemente indica o local: o Leblon – um areal! (1956c, p.259-260).

O arremate da reforma Pereira Passos se dá por outras mãos, as do prefeito Carlos Sampaio, que assume a administração em 1920 com a missão de preparar a cidade para a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Para lograr essa tarefa, a administração pública lança-se novamente à intervenção direta sobre o espaço, desta vez empreendendo o desmonte do Morro do Castelo – o núcleo inicial da cidade – que abrigava uma

população operária nas proximidades da valorizada Avenida Rio Branco. Assim, o Morro devia ser eliminado “não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital” (ABREU, 1997, p.76). O arrasamento do Morro Castelo como núcleo das ações de preparação para a Exposição Internacional possuía, ademais, um aspecto simbólico referente ao desejo de tornar a cidade cosmopolita por meio da erradicação de seu passado colonial-monárquico. Conforme explica Beatriz Resende (1995, p.43): “para dar lugar a tal capital *naturalmente* cosmopolita, justifica-se a derrubada do morro com marcas do início da colonização – a Igreja dos Capuchinhos, o jazigo de Estácio de Sá – e mais a derrubada de habitações antigas e pobres à sua volta”

Derrubado o Morro do Castelo, surge à luz o Bairro da Misericórdia, um dos mais antigos e pobres da cidade, espremido entre o Castelo e o mar. O prefeito Sampaio, então, resolve situar a Exposição Internacional na região, determinado seu arrasamento. Vivaldo Coaracy, em *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, reconstitui a memória do bairro, no justo momento em que ele principia a sumir:

No trecho compreendido entre o Morro do Castelo e o mar, ao longo da Rua da Misericórdia, trecho que recuo das águas foi aos poucos alargando, formou-se uma teia de becos e vielas que subsistiram até os nossos dias. Estão agora desaparecendo, com os progressos do urbanismo e sob as novas construções. Eram os últimos vestígios da cidade antiga, primitiva, formados logo que a população, em busca de maior espaço para se expandir, começou a descer do morro. (1988, p.341-342)

No bairro residia, igualmente, uma população de baixa renda, havendo expressivo contingente de chineses, sendo que “em época bem mais recente, foi o Beco dos Ferreiros o bairro chinês da cidade” (COARACY, 1988, p.342). João do Rio, em *Visões d’ ópio*, garante a posteridade ao bairro destruído:

Caminhávamos pela Rua da Misericórdia àquela hora cheia de um movimento febril, nos corredores das hospedarias, à porta dos botequins, nas furnas das estalagens, à entrada dos velhos prédios em ruínas. O meu amigo dobrou uma esquina. Estávamos no Beco dos Ferreiros, uma ruela de cinco palmos de largura, com casas de dois andares, velhas e a cair. (2007, p.92)

Em outra crônica, *A Rua*, João do Rio resgata a memória da Rua da Misericórdia, hoje reduzida a um acesso ao conjunto de edifícios do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

Foi a primeira do Rio. Dela partimos todos nós, nela passaram os vice-reis malandros, os gananciosos, os escravos nus, os senhores em redes; nela vicejou a imundície, nela desabotoou a flor da influência jesuítica. Índios batidos, negros presos a ferros, domínio ignorante e bestial, o primeiro balbucio da cidade foi um grito de misericórdia, [...] dela decorreram, como um corpo que sangra, os becos humildes e os coalhos de sangue, que são as praças, ribeirinhas do mar. (2007, p.31)

No entendimento de ABREU (1997), o período Carlos Sampaio constitui uma etapa a mais do processo de depuração da área privilegiada da cidade de usos e populações indesejadas, bem como o momento em que a preocupação da administração municipal com a valorização do solo urbano torna-se mais explícita. Segundo o mesmo autor, já nos anos 1920 a estrutura urbana carioca encontra-se consolidada da maneira dicotômica em que se encontra até o presente: um núcleo bem servido de infraestrutura, onde a ação pública apresenta grande dinamismo e no qual residem as classes mais abastadas; e uma periferia na qual essa infraestrutura e a ação pública vão rareando conforme se afasta do núcleo, e na qual residem as populações mais pobres. Suas ações de remoção de moradias populares, principalmente no Centro, mas verificadas igualmente na Zona Sul, para a construção da Avenida Rui Barbosa, agravaram ainda mais a tendência à favelização como alternativa às populações excluídas do projeto modernizante. Lima Barreto comenta, em *Variações...*, sobre a situação:

Para melhorar um tão doloroso estado de coisas, a prefeitura põe abaixo Castelo e adjacências, demolindo alguns milhares de prédios. [...]. Fala-se, por exemplo, na vergonha que é a Favela⁴, ali, numa das portas de entrada da cidade – o que faz nossa edilidade? Nada mais, nada menos do que isso: gasta cinco mil contos para abrir uma avenida nas areias de Copacabana (1956b, p.86).

A crítica de Lima Barreto à administração Carlos Sampaio é ainda mais explícita como se pode supor em uma crônica intitulada *O Prefeito e o Povo*:

⁴ Morro da Favela, atualmente conhecido como Morro da Providência, foi a primeira favela carioca. É adjacente à Estação Central do Brasil.

Vê-se bem que a preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será europeia e a outra, indígena. [...]. Outro cuidado que me faz meditar sobre as singulares cogitações do atual prefeito, é a preocupação constante dos hotéis e hospedarias (1956b, p.117-119).

A preocupação da prefeitura com a construção de hotéis integrava o conjunto de ações voltadas para a Exposição Internacional. A própria abertura da Avenida Rui Barbosa insere-se nesse planejamento, pois nela “seria construído o Hotel Sete de Setembro⁵, de gabarito internacional, destinado a hospedar os visitantes ilustres à comemoração do centenário” (ABREU, 1997, p.77). Em 1923, após quatro anos de construção, foi inaugurado o Copacabana Palace, empreendimento que, embora a cargo da iniciativa privada, só foi viável em função dos melhoramentos executados no bairro, como o alargamento e a pavimentação da Avenida Atlântica em 1919 pelo prefeito Paulo de Frontin. A abertura do Copacabana Palace valorizou o bairro de tal modo que logo as antigas residências foram dando lugar a edifícios, principalmente em torno do hotel. Trata-se de um das primeiras manifestações da tendência à verticalização, norteadas por um componente fundamental da modernidade carioca – o edifício residencial (SEGRE, 2000).

A tendência à verticalização, que se acelera a partir dos anos 1930, é objeto da crítica de Lima Barreto, em *Sobre o Desastre*, publicada originalmente na *Revista da Época* em 1917:

De resto, a valorização dos terrenos não se há feito, a não ser em certas ruas e assim mesmo em certos trechos delas, não se há feito, dizia, de um modo tão tirânico que exigisse a construção em nêgas de chão de *sky-scrapers* (1956c, p.121).

O autor, ciente de que o processo de verticalização deriva da valorização dos terrenos, faz então, na mesma crônica, um apelo que o tempo revelaria inútil:

Imploremos aos senhores capitalistas para que abandonem essas imensas construções, que irão, multiplicadas, impedir de vermos nossos purpurinos crepúsculos de verão e os nossos profundos céus negros do inverno (1956c, p.123)

⁵ No prédio funciona atualmente o Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ.

A crônica *O Edifício da Cruz Vermelha*, publicada em 1919, reafirma a preocupação de Lima Barreto com a paisagem carioca cravejada de arranha-céus:

Não devíamos permitir a construção de semelhantes faróis cívicos, em uma cidade semeada e bordada de colinas, morros quase serras, que ainda estão mais ou menos arborizadas e que devem estar sempre, dando-lhe a sua beleza especial (1956c, p. 171).

Falecido em 1922, Lima Barreto não pode testemunhar o processo de verticalização que se dinamiza a partir da década de 30 e que, pelas décadas seguintes, vai alterar não apenas a paisagem da cidade, mas as práticas sociais de seus habitantes. Lêdo Ivo, na crônica *A Fábula da Cidade*, tece importantes considerações sobre a vivência imposta pelo adensamento populacional:

Uma casa é muito pouco para um homem; sua verdadeira casa é a cidade [...] – uma cidade deve ter a medida do homem. [...] Isso não quer dizer que as cidades devam ser pequenas; significa apenas que, nas mudanças e transfigurações, elas crescerão pensando naqueles que as habitam e completam, e as tornam vivas. [...] Não será excessivo dizer que o Rio está correndo o perigo de incluir-se no número das cidades desumanizadas, devoradas pela noção da pressa e do combate (1996, p.59-60).

O processo de verticalização da Zona Sul do Rio de Janeiro deve seu dinamismo acentuado a certos fatores. Em primeiro lugar, os acidentes geográficos – morros, lagunas, planícies estreitas e arenosas – dificultavam a expansão da casa unifamiliar na área mais rentável do ponto de vista imobiliário, “o que fomentou a rápida substituição das mansões e chalés por edifícios de apartamentos a partir da década de 1920” (SEGRE, 2000, p.13). Outro fator importante diz respeito ao barateamento da construção, possibilitado pela introdução do concreto armado, que permitiu à empresa imobiliária vender novamente a Zona Sul, transformando a forma aparência da região, apenas adensando os bairros já dotados de infraestrutura (ABREU, 1997). Joel Silveira, em *Cogumelos*, aborda a sensação causada pelas novas técnicas de construção:

Vejo da minha janela o novo edifício, defronte, chegar ao seu último andar. Em apenas três meses os trabalhadores cavaram as fundações, plantaram os alicerces e levantaram o prédio. [...] O cimento e o ferro não conseguem disfarçar o jeito de cenário de papelão que todos eles

trazem de nascença. Vejo as poderosas máquinas moerem e misturarem a cal, a areia, o cimento, mas fico a pensar que na mistura falta alguma coisa. Falta o tempo. Não, não confio muito nesses edifícios que ontem eram apenas riscos coloridos num pedaço de cartolina branca. Moro num deles, mas de coração aflito, como se morasse num avião (1996, p.39-40).

O adensamento populacional da Zona Sul e a consequente expansão da demanda por serviços, notadamente os domésticos e ligados à construção civil, atraiu para a região uma “grande quantidade de mão-de-obra barata, que veio a ocupar os terrenos íngremes até então desvalorizados pela empresa imobiliária, dando origem a novas favelas” (ABREU, 1997, p.112). Mesmo com o recrudescimento dos controles urbanísticos, o aumento da favelização é explicável tanto por uma perspectiva política, caracterizada pelo populismo, quanto pela utilidade da mão-de-obra barata no processo de acumulação do capital. A multiplicação das favelas pela Zona Sul, intimamente ligada à oferta de trabalho na região, representou um abrandamento da estratificação social do espaço, pois a população favelada aí residente usufruía igualmente dos melhoramentos públicos na região (ABREU, 1997). Marques Rebelo reconstitui, em *Cosme Velho*, o momento de convergência entre os fenômenos da verticalização e da favelização:

Cem metros além do edifício de agressivos pilotis termina a rua, sem saída, em ângulo quase reto com a montanha que grimpava em súbito auge. [...] A cem metros do edifício havia, em janeiro, um barraco escondido na clareira. Agora são três (1996, p.80).

A presença das favelas na Zona Sul da cidade seria enfrentada, em momento posterior ao golpe de 1964, seguindo a mesma lógica e a mesma prática que desde Pereira Passos norteiam as ações do poder público: a do empreendimento imobiliário, de valorização dos terrenos aplicada através das simples remoções das populações e usos considerados indesejáveis. Nesse momento, o caráter ditatorial do regime fortalece a arbitrariedade das ações que visavam desocupar algumas das áreas mais valorizadas da Zona Sul para que aí a empresa imobiliária pudesse erguer edifícios ou conservar os morros desocupados, como áreas verdes que valorizavam ainda mais os empreendimentos (ABREU, 1997). Exemplos fundamentais dessa onda de remoções sucederam com as favelas da Praia do Pinto, em 1969, e da Catacumba, em 1970, ambas às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. A relação dicotômica entre pobreza e riqueza em espaço tão belo e exíguo motivou a crônica de Antônio Maria:

À beira da Lagoa moram os homens mais ricos e os homens mais pobres da cidade. As mulheres mais saudáveis e as mais doentes. As crianças mais bem vestidas e as mais nuas. Tudo os intriga e separa. A desdita exagerada dos pobres atinge o estado de graça dos ricos. A propriedade extralimitada dos ricos faz mal à fome dos favelados do morro da Catacumba. Só uma coisa os une: a Lagoa, que todos gostam de olhar, com a mesma humildade, o mesmo consolo e o mesmo enlevo, a mesma fortuna. Só a beleza nivela os homens economicamente desnivelados (MARIA apud LINS, 1995, p.126-127).

O que o cronista não considera é que a paisagem, na cidade capitalista, também tem um preço que não tardaria a ser cobrado. O projeto de remoção dessas favelas não era recente, mas seu imediato processamento só se efetivou plenamente a partir de 1969, acelerado por conta de ocorrências suspeitas como incêndios. Além do mais, era necessário assentar os moradores, de preferência em locais onde a distância não lhes oferecesse a chance de retorno. Assim, o projeto exigiu a construção de conjuntos habitacionais em periferias longínquas, como a Cidade de Deus na Zona Oeste e a Cidade Alta, em Cordovil, na Zona Norte. Realizada a remoção completa, entretanto, os terrenos obtidos foram aproveitados tanto para a construção de luxuosos edifícios quanto para a instalação de parques públicos.

“Poeta com olhos de cronista, cronista com traços de poeta” (SÜSSEKIND, 2002, p.262), Carlos Drummond de Andrade, em tom profético, aborda a questão das remoções na crônica *Capítulo do Gênesis*:

1. E o Senhor, vendo que os homens não melhoravam, antes se tornavam piores, decidiu-lhes mandar uma chuva de advertência; e com isso lhes manifestava seu enfado, e que outro dilúvio não estaria fora de suas cogitações. [...] 5. Nisso vieram os sábios da cidade e puseram-se a fazer a exegese da catástrofe; e concluíram que todo mal provinha de certas povoações altaneiras, desligadas do corpo social, e a que se dava o nome de favelas. 6. As quais, dependuradas na crista e no declive dos morros, vertiam sobre a cidade, com algumas notas de música, seus detritos e sua miséria, travando o escoamento das águas. [...] 8. E mereciam ser destruídas; pelo que se escolheu a Favela da Catacumba, de nome exemplar, para ser arrasada primeiro que as outras, e das outras a hora soaria a seu tempo. 9. E milicianos, na calada da noite, subiram até lá e arrasaram-na, ateando fogo aos escombros; e os sábios se persuadiram de que haviam acabado com a causa primeira da enchente. (ANDRADE, 2012, p.32)

A crônica, originalmente publicada em 1959, não testemunha a remoção definitiva da Catacumba, mas apenas uma das tentativas. Por isso, Drummond continua:

14. E outra vez choverá o aborrecimento de Deus, e eles serão responsabilizados, expulsos, apartados de seus bens, e descobrirão novos terrenos de cume, de onde voltarão a ser tangidos. 15. E milicianos em número crescente desalojarão ainda mais numerosos catacumbeiros. (ANDRADE, 2012, p.33)

O crescimento demográfico da Zona Sul correspondeu à estagnação relativa do Centro da cidade. De um lado, a transformação de Copacabana em um verdadeiro subcentro atraiu para esse bairro litorâneo grande parte dos serviços e comércio (ABREU, 1997). De outro, as intervenções urbanas que novamente atingiram áreas residenciais centrais, como no caso da abertura da Avenida Presidente Vargas, para qual foram derrubados 525 prédios durante três anos de obras, finalizadas em 1944. No mesmo sentido, a partir da década de 1950 começam as obras de desmonte do Morro de Santo Antônio, outra ancestral ocupação proletária no Centro. Seu registro à posteridade ficou a cargo de João do Rio em *Os Livres Acampamentos da Miséria*:

O morro era como qualquer outro morro. Um caminho amplo e maltratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade, no admirável noturno de sombras e de luzes [...]. A grande artéria da “urbe” era precisamente a que nós atravessamos. [...] Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada do arraial de Canudos, ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme (2008, p.52-55).

A gradativa desocupação residencial do Centro e os novos usos a que o espaço vai sendo destinado são os temas da crônica *A cidade sem meninos* de Carlos Drummond de Andrade:

As professoras que fazem o censo escolar no Rio apuraram um vazio de que já desconfiávamos: não há mais crianças no centro da cidade. [...] Em escritórios, repartições, lojas, depósitos de atacados, não residem obviamente crianças nem adultos. [...] nessa parte da cidade a vida acaba às 19 horas. Homens e mulheres fogem literalmente para bairros distantes [...]. A cidade multiplica-se, a casa cede lugar ao edifício, o edifício vira constelação de escritórios [...]. É assim que morrem as cidades (1976, p.90-91).

A derrubada do Morro de Santo Antônio franqueou espaços na valorizada área central. Foram abertas duas avenidas transversais em planos distintos: Avenidas República do Paraguai e República do Chile. Um conjunto representativo da arquitetura moderna – edifícios como a Sede da Petrobras e a Catedral Metropolitana – foi erguido na esplanada que estabeleceu a ligação entre o Largo da Carioca e a Lapa. Por outro lado, a derrubada forneceu o material necessário “à construção de um grande aterro que, acompanhando o traçado da antiga Avenida Beira Mar, serviria de base à construção de vias expressas ligando o Centro a Copacabana” (ABREU, 1997, p.131). José Carlos – Carlinhos – Oliveira, em *Visão do Aterro e Imediações*, consolida a memória desse período em que o litoral centro-sul da cidade assume uma nova conformação:

Aqui está um novo lugar para você andar nesta cidade: havia, outrora (os fatos são recentes, mas podemos evocá-los em estilo saudoso), havia, outrora, um morro que foi arrancado em centenas de caminhões. Aqui, por outro lado, havia o mar. Nas grandes ressacas, ele avançava sobre a pista da Glória. A terra arrancada do morro secou o mar. Agora, eis aqui esta planície, estas construções modernas, estas novas pistas de alta velocidade. O aterro é vasto (2005, p.45).

A construção das pistas do Aterro guarda uma estreita relação com o adensamento populacional da Zona Sul da cidade que passou a exigir a renovação da “infraestrutura física dessa parte da cidade, já à beira do colapso, especialmente no que diz respeito ao sistema viário e à acessibilidade ao centro” (ABREU, 1997, p.130). Esse adensamento, em área totalmente ocupada e com acidentes geográficos que impediam a incorporação de novos espaços, ocorreu a partir da ocupação intensiva do solo. Face às leis que limitavam o gabarito dos edifícios, a empresa imobiliária iniciou um novo processo de substituição de construções, oferecendo agora prédios repletos de pequenos apartamentos. Principalmente em Copacabana, proliferaram os apartamentos de quarto-e-sala e as quitinetes, economicamente acessíveis a círculos sociais mais amplos. Essa “democratização” do bairro acabou por estimular o adensamento dos outros bairros da Zona Sul, principalmente pela elite incomodada com a diversidade que se instalava em Copacabana. Paulo Mendes Campos lucidamente delineia o que vê e o que prevê, na crônica sugestivamente intitulada *Copacabanaipanemaleblon*:

A verdade nua, crua e dura é esta: Copacabana é o estúpido parâmetro da urbanização carioca. Toda a zona sul se copacabaniza como uma nódoa que se alastra. Não há salvação. Ipanema, por ter

sido a primeira visada, está sendo engolida mais depressa, o Leblon, um pouco mais devagar, e a Barra da Tijuca que se cuide, apesar dos dispositivos legais que pretendem protegê-la (CAMPOS apud DIAS, 1995, p.74).

Carlinhos Oliveira, cronista de um Rio onde “a especulação imobiliária, em sua fúria demolidora, esquarteja espaços, submete paisagens e apaga vestígios, pelo mercenário afã de empilhar pessoas” (DIAS, 1995, p.69), testemunha Ipanema em plena transformação, na crônica *Bairro Demolido*, publicada originalmente no Jornal do Brasil em 1973:

Ipanema, tal qual a vi há menos de três dias, é presa duma convulsão insensata. Prédios são derrubados entre prédios que estão sendo erguidos, o que produz a visão de uma cidade duramente bombardeada. [...]. Direis que é o progresso. Mas que progresso será esse, que pretende transformar-nos, da noite para o dia, numa Paulicéia Desvairada? (OLIVEIRA, 2005, p.245).

A formação da metrópole carioca alcança seus últimos estágios nas derradeiras décadas do século XX, de forma que “resumir a evolução da cidade entre as décadas de 1930 e 1980 significa testemunhar a transformação do Rio de Janeiro clássico em uma metrópole moderna” (SEGRE, 2000, p.20). Metrópole que privilegia o automóvel, o transporte individual, opção que reduz a acessibilidade geral a certas zonas em razão da ineficiência – equação de oferta e custo – do transporte público. É assim que os bens públicos cariocas – como a praia, por exemplo – não se oferecem à fruição de todos os habitantes da cidade, conforme descreve Carlos Drummond de Andrade em *A descoberta do mar*:

Os alunos daquela escola de subúrbio nunca tinham visto o mar. Saíram em excursão, de ônibus, pediram ao motorista que desse uma volta pela Zona Sul. [...]. Não me contaram onde é a escola; sente-se que fica longe, sem esperança, num desses inúmeros cafundós do Rio [...]. Ou quem sabe se a trinta minutos da praia, porque não é a distância nem é a má conserva das estradas que não permite a uma parte da população tomar conhecimento de nossas amenidades: é a pobreza. O custo do transporte e do farnel impede à família de seis pessoas, residente no Rio, realizar a aventura deliciosa de passar o domingo no Rio (1976, p.103-104).

Quando a acessibilidade às praias é ampliada, democratizando um bem que, afinal, pertence a todos, observa-se uma reação de uma parcela dos moradores dos bairros litorâneos, que agem como se a praia fosse um bem exclusivo de sua vizinhança. Exemplo disso ocorreu em 1984, quando uma série de linhas de ônibus passou a ligar as Zonas Norte e Sul através do Túnel Rebouças, aumentando a oferta de transporte entre essas duas áreas, o que “não ocorreu sem protestos de moradores que reclamavam contra a ‘invasão’ de suburbanos que haveria então” (FARIAS, 2000, p.138). Uma década antes, Carlinhos Oliveira captara essa dinâmica em *Os nômades do verão*:

Os grã-finos, através de seus porta-vozes, os colunistas sociais, a cada verão se queixam com maior desenvoltura daquilo que consideram a “invasão” de suas praias. [...] São divertidas essas pessoas que procuram um oásis no meio da multidão. São inclusive liberais: alegam que o sol nasce para todos – mas também, que diabo, não é preciso se misturar... (2005, p.255).

A passagem acima ilustra o processo, tão característico da modernidade carioca, de “especialização espacial da cidade, vinculada a uma definição de territórios a partir de critérios explícitos de classe social” (FARIAS, 2000, p.139). A partir dos anos 1970, com a saturação da Zona Sul, a empresa imobiliária voltou-se para São Conrado e Barra da Tijuca, novamente contando com a ação do poder público, que construiu a Autoestrada Lagoa-Barra para facilitar o acesso à região, uma vez que “os especuladores imobiliários sonham em atrair para ali os filhos dos moradores da Zona Sul” (PAIVA; SODRÉ, 2004, p.88). Em fins dos anos 1960, o governador Negrão de Lima encomendou a Lúcio Costa um plano-diretor para Barra da Tijuca e Jacarepaguá, com o intuito de estabelecer parâmetros construtivos que não interferissem nos elementos paisagísticos da região. Aos poucos, todavia, “a especulação imobiliária e as negociatas de empresários, construtores e proprietários de terra deram outro rumo ao plano” (SEGRE, 2000, p.21). Trata-se do novo ciclo do mesmo padrão que vem orientando a evolução urbana do Rio de Janeiro, na qual as ações do poder público encontram-se direcionadas pelos interesses do capital, já que “esquecem-se, entretanto, dos investimentos de infraestrutura, que vão de saneamento ao transporte [...]. Nem se prevê qualquer política habitacional de baixa renda capaz de contornar a inevitável favelização” (PAIVA; SODRÉ, 2004, p. 89). No entendimento de Maurício de Almeida Abreu:

Este se constitui, na verdade, no exemplo mais atual de toda uma ação parcial do poder público em benefícios das classes de maior poder aquisitivo. [...] De fato, a preparação desta “novíssima zona sul” pelo Estado, em associação com o capital privado, vem reeditar, no fim do Século XX, um comportamento antigo, já conhecido dos cariocas desde o século anterior (1997, p.135).

A transitoriedade da forma urbana do Rio de Janeiro ao longo do século XX se deve, portanto, às interferências do Estado condicionadas pelas necessidades de reprodução do capital. Nessa dinâmica, bairros inteiros desaparecem definitivamente; outros assumem novas formas; paisagens surgem e outras se apagam para sempre, na perspectiva de que toda a cidade é feita das “relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos de seu passado” (CALVINO, 2003, p.15). Carlinhos Oliveira angustia-se, em *Veloz cidade*, com o torvelino urbano:

Destruíram uma Copacabana e construíram uma outra, uma Ipanema desmoronou e há outra em seu lugar, e a febre de expansão, o delírio de espriar-se por jacarepaguás, de suspender torres, torcer-se em viadutos, mergulhar em túneis...O Rio implode, explode, hipertrofia-se, e a solidão esmaga suas multidões anônimas (2005, p.295-296).

O cronista, como se vê, não apenas registra a memória do Rio em transitoriedade permanente, mas sente-se atingido pelo processo. Carlos Drummond de Andrade, em *A loja fechou*, é bastante claro na descrição:

É a relação invisível mas real entre o morador e sua cidade. Tudo que acontece nesta bate no peito daquele e retumba com maior ou menor intensidade. [...] demoli-me com a Praça 11 e reverdeci nos jardins de Botafogo; estou sempre em construção, demolição, reconstrução (1976, p.76).

Construída pela crônica, a memória reconstitui, sobre as novas aparências urbanas, a cidade agora intangível, pois “a metrópole tem este atrativo adicional – que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi” (CALVINO, 2003, p.32).

4. Século XXI: o Rio e sua crônica

Vislumbrar o Rio de Janeiro em seu contexto atual é, em primeiro lugar, situá-lo no contexto de um Brasil democrático em momento de estabilidade e crescimento econômico. Em que pese o imenso abismo social que ainda persiste, é nítida a abertura de um consumo de padrão mediano a um expressivo setor da população brasileira. É assim que a própria projeção internacional do Brasil vem se reconfigurando, atraindo atenções antes voltadas para regiões que ora se encontram debaixo de severa crise econômica, ou sob os riscos mais iminentes do terrorismo.

Observar o Rio do ano de 2013, ademais da breve contextualização anterior, exige um breve recuo cronológico até que se saiba que, em 2007, a capital fluminense recebeu os Jogos Panamericanos. No ano seguinte, a FIFA anunciou que o Maracanã receberia várias partidas, entre as quais a final, da Copa do Mundo de 2014. Já em 2009, o Comitê Olímpico Internacional escolheu a cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, os primeiros realizados na América do Sul. Aqui, vale uma reflexão sobre o significado dos megaeventos esportivos – desde o fim do século XX seu impacto global vem crescendo, seja em termos socioeconômicos, geopolíticos ou simbólicos, em virtude, sobretudo, das novas capacidades tecnológicas de transmissão audiovisual e da expansão das fronteiras de acumulação do capital (MELO, 2013)⁶.

Megaeventos esportivos tornam-se objetos do desejo das cidades que se aspiram globais, e apesar dos enormes custos sociais e do volume de recursos aplicados na preparação, acabam “comumente legitimados pela expectativa gerada em torno de uma suposta capacidade de promover mudanças socioeconômicas, sendo entendido por muitos como panaceia para problemas seculares das sociedades anfitriãs” (MELO, 2013). O protagonismo internacional da qual a cidade se viu investida vem determinando um novo ciclo fenomenal de mudanças que, embora possuam características peculiares atinentes às novas percepções do espaço urbano e de seu valor, conservam muito da lógica que sempre norteou a transitoriedade permanente da forma urbana carioca, principalmente no que se refere à ação pública dinamizando as oportunidades para a aplicação do capital. Entretanto, nesta nova onda, a coalizão entre as forças políticas e os

⁶ Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopoles.net/download/artigo_governanca_omena.pdf
Acesso em: 10 jun.2013.

interesses econômicos está aprofundada, constituindo um só núcleo, não sendo mais possível determinar quem serve a quem (RIBEIRO; OLINGER, 2013)⁷.

O atual processo urbano do Rio de Janeiro foi especialmente impactado pelos novos interesses imobiliários, ligados às oportunidades de negócios geradas pelos megaeventos e pela disponibilidade de capitais que fugiram da crise europeia (RIBEIRO; OLINGER, 2013). A orientação urbanística motivada pela empresa imobiliária, como já se observou nesta pesquisa, não é novidade na evolução da cidade, portanto não surpreende constatar que “os eventos internacionais a caminho, que trouxeram recursos financeiros e desenvolvimento econômico, têm sido invocados para justificar leis urbanísticas de estímulo à expansão e renovação urbanas, algumas equivocadas” (REDONDO, 2013). Segundo Harvey (2004, apud RIBEIRO; OLINGER, 2013, p. 10), o projeto desta nova cidade “parece ser a materialização das disputas pelo controle sobre o que será destruído e o que será integrado à cidade, de tal maneira que o capital continua a crescer permanentemente”⁸.

Aliás, o particular momento vivido pelo Rio tem sido recorrentemente associado ao Período Pereira Passos não apenas em razão da velocidade e da quantidade de suas transformações, mas também pela preocupação em adaptar a cidade aos recentes padrões internacionais, de modo a introduzi-la no circuito do capitalismo global. É esse o tom, por exemplo, que se observa no caderno O Globo Projeto de Marketing, publicado em 30 de dezembro de 2012:

Exatos 110 anos separam o Rio da *Belle Époque* do Rio pós-moderno, cidade que se prepara para sediar dois dos mais importantes eventos esportivos mundiais – Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e Olimpíadas, em 2016.

Tempos distintos, realidades distintas, mas têm em comum a necessidade de adequar a cidade a novas situações, impostas pelas dinâmicas internas e externas (RIO..., 2012, p.01)

Fausto Fawcett é todo expectativa para o verão 2011/2012, *O primeiro do resto da vida*:

⁷ Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/favela_olinger.pdf. Acesso em: 05 jun.2013

⁸ Trad. Nossa: appears to be the materialization of the disputes for control over what is going to be destroyed and integrated to the city, in such way that capital continues to grow permanently.

O verão é marca registrada da, digamos, civilização carioca, que tem no desafio de incrementar a pujança de uma megalópole à beira-mar – não só na Zona Sul, mas também nas suas outras plagas urbanas, zonas menos privilegiadas de serviços – a sua principal missão. [...] O que se fala, o que se sente é que o combo Copa do Mundo-Olimpíadas é a comissão de frente, a cereja do bolo do Brasil tigre sul-americano emergente [...]. Depois de corte e capital, a marca do Rio assumindo o glamour atual – que é o de cidade ícone de investimentos (2011, p.70)

Para tornar-se a “cidade ícone de investimentos” a que o cronista se refere, tornou-se imperativo o tratamento da questão das favelas. Se outrora a saúde pública e o embelezamento urbano embasavam a tese da remoção, hodiernamente sua sustentação vem dos discursos da segurança pública e da preservação ambiental. Por outro lado, a tese da integração das favelas à cidade formal em lugar da simples remoção vem ganhando força, não pela preocupação de desintegração do tecido social aí existente, mas pela possibilidade de criação de um novo mercado consumidor (RIBEIRO; OLINGER, 2013). Nesse sentido, a primeira questão a ser superada era a da violência – pelo menos a ostensiva, a da guerra do tráfico de drogas nos morros. Com esse objetivo, vem sendo implantado desde 2008, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora – as UPPs. Trata-se de uma política que engendra uma discussão necessariamente complexa, em razão da multiplicidade de fatores envolvidos, e porque se encontra em plena operação. Tal discussão não terá essa medida de aprofundamento nesta pesquisa. Algumas constatações, no entanto, podem ser feitas. Uma delas é o uso constante do programa das UPPs no marketing político. A própria cobertura jornalística do processo de ocupação traz aspectos espetaculares, sobre os quais a academia vem se debruçando. Publicada no dia da eleição municipal de 2012, a sugestiva crônica *Raposas no galinheiro*, de Aldir Blanc, aborda o tema:

O Rio de Janeiro, o Rio do Maracanã, com a final da Copa de 14, o Rio Olímpico de 2016, São Sebastião Flechado, continua estarecido com os 6 (seis) jovens chacinados “por engano” pelos traficantes da Chatuba, [...]. Choca-se com os fatos descritos acima a propaganda eleitoral majoritária que a telinha exhibe: um Rio paradisíaco, com felizes habitantes de morros e favelas seguras, tudo bacana. É preciso investir, mesmo com mentiras coreografadas, para que os negócios envolvendo a Copa e as Olimpíadas continuem de vento em poplas gordas (2012, p.23).

As teses de remoção e de integração não se anulam; antes, coexistem. Para lograr êxito tanto em uma ação quanto em outra, tornou-se imperativa a coalizão dos esforços municipal, estadual e federal. Essa junção de forças possibilita não apenas a continuidade de grandes investimentos na urbanização das áreas, como também legitima a agressiva estratégia que visa controlar a violência (RIBEIRO; OLINGER, 2013). No tocante às remoções, temos o exemplo recente da polêmica em torno dos moradores da comunidade do Horto, situada dentro dos limites do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em área de propriedade da União. Por um lado, a direção do Jardim Botânico, capitaneada por Liszt Vieira, pede a reintegração dos espaços ocupados pelas residências, alegando necessitar de novas áreas para a expansão das atividades de pesquisa e preservação do Parque. Por outro, famílias que ali residem há décadas lutam para permanecer no local em que construíram suas vidas e no qual seus antepassados foram autorizados a se instalar pelas próprias autoridades. A atuação do deputado federal Edson Santos na defesa das famílias da comunidade do Horto e, em particular, um pronunciamento seu na Câmara Federal, foi objeto da crônica *Oporpulismo*, de Fernanda Torres (2012), publicada na revista *Veja Rio*⁹:

Em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, o deputado Edson Santos, do PT, afirma que o presidente do Jardim Botânico, Liszt Vieira, quer acabar com as invasões no parque para permitir a expansão das pesquisas do instituto e transformá-lo em um Hyde Park ou Central Park. [...] Ao transformar a defesa de Liszt dos limites legais do parque em mesquinhez, Santos tenta encurralá-lo com a pecha de elitista. Para o deputado, a ciência e o urbanismo são luxos fúteis, burgueses, responsáveis pelo déficit habitacional brasileiro. [...] O deputado deveria se retratar publicamente e participar do processo de remoção.

Sobre o mesmo caso, esta pesquisa traz à tela a análise de Raquel Rolnik (2013)¹⁰:

Este caso é emblemático de um embate cada vez mais frequente entre a proteção do direito ambiental e do direito à moradia. A verdade é

⁹ Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/blog/fernanda-torres/cronica-da-semana/oporpulismo>. Acesso em: 12 mai. 2013.

¹⁰ . Disponível em: <http://br.noticias.yahoo.com/blogs/habitat/verdes-versus-gentes-entenda-o-conflito-da-comunidade-181155367.html>. Acesso em: 31 mai. 2013.

que esta contraposição é falsa. [...] O que temos observado é uma enorme diferença de tratamento dos conflitos envolvendo o tema da preservação ambiental quando se trata de instituições, empresas ou moradias de alta renda e os moradores mais pobres. Enquanto para os primeiros vale a vista grossa – ou, no limite, as multas e compensações ambientais – os moradores pobres são sistematicamente removidos.

A integração das favelas, percebidas como horizontes para a reprodução do capital, também geram um processo de remoção, que se opera de maneira mais sutil. Esse processo, denominado gentrificação, é fruto da rápida valorização imobiliária e do consequente aumento do custo de vida que impossibilita a permanência das populações economicamente mais vulneráveis. No panorama carioca, “todos os caminhos da gentrificação levam ao Vidigal porque, além de ser dono de uma das mais belas paisagens da Zona Sul, é por si só um cartão-postal” (GARÇONI, 2013, p.28). A tendência é referenciada pelos números: a despeito da ausência de infraestrutura básica de serviços e até mesmo de regularização fundiária, o valor médio do metro quadrado na favela tem sido negociado a R\$ 6.400,00, um pouco menos da metade do preço praticado no bairro da Gávea. Para Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2013, apud GARÇONI, 2013, p.28): “Há em curso uma substituição inevitável da população típica da favela por outra, mais rica, até de fora do Rio e do Brasil”.

Dentro do ciclo de transformações pela qual o Rio está passando, o mais paradigmático pacote de intervenções vem acontecendo na região portuária – são 33 frentes de obras e um investimento orçado em R\$ 7,78 bilhões aplicado em uma área de 5 milhões de metros-quadrados. Para realizar o empreendimento, o poder público municipal vem arrecadando recursos com a venda, à empresa imobiliária, de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), que permitem acréscimos no gabarito previsto originalmente para as edificações da região. A respeito de soluções como a descrita acima, entendem RIBEIRO; OLINGER (2013)¹¹:

Os interesses privados se tornam protagonistas da política, um fato presente nas intervenções baseadas nas parcerias público-privadas,

¹¹ Trad. Nossa: The private interests become direct protagonists of the policy, a fact present in the interventions based on the public-private partnership, in the models for the financing urban projects based on the “sale of shares” in the future profits of the projects

nos modelos para o financiamento de projetos urbanos baseados na “venda de ações” nos lucros futuros dos projetos.

As intervenções na região portuária – resumidas pela denominação Porto Maravilha – incluem, ademais, uma abordagem ideológica e técnica culturalista. O culturalismo é a aplicação da cultura, como recurso gerencial, associada ao entretenimento e ao consumo de luxo, com vistas à valorização imobiliária e à atração turística. É nesse sentido que há, por exemplo, o resgate do Cais do Valongo na região, ponto histórico que se encontrava soterrado pelos inúmeros aterros, ou a reforma dos Jardins do Valongo. É que “todo memorialismo arquitetônico ou arqueológico se insere neste quadro ideológico [...] idealizado para reelaboração de um mito de origem compatível com o turismo e com a especulação imobiliária” (PAIVA; SODRÉ, 2004, p.85). Por esse prisma, a cultura torna-se uma *commodity*, uma palavra-passe para a recuperação ou reciclagem de bairros antes decadentes, sempre em função dos interesses do capitalismo de mercado (PAIVA; SODRÉ, 2004).

Entre as intervenções propostas pelo Porto Maravilha, uma já se encontra concluída e merece reflexões. Trata-se do Museu de Arte do Rio (MAR) localizado na Praça Mauá. O MAR ocupa dois edifícios, de estilos e épocas diferentes, que foram reformados e ligados por uma passarela. No edifício mais novo, modernista, está prevista a instalação de uma escola de artes. O outro edifício, em estilo eclético, abriga as exposições. Sérgio Bruno Martins (2013)¹² visitou o museu e traça uma minuciosa análise de sua inserção tanto em seu entorno urbano, quanto de seu papel no contexto do Porto Maravilha:

Opositores ferrenhos caracterizam o museu como mera locomotiva da especulação imobiliária, da qual a arte e os artistas ali expostos seriam nada mais que engrenagens. [...] Antes de o conhecermos como museu, é como mirante que experimentamos o MAR. Isso inevitavelmente confere ao museu um apelo um tanto turístico, [...]. Num dos cantos do terraço, foram instalados pequenos monitores interativos que podem ser girados de modo a reproduzir o pedaço da paisagem para o qual apontam. É uma peça de propaganda do Porto Maravilha.

¹² Disponível em: <http://www.blogdoims.com.br/ims/o-mar-de-cima-a-baixo-%e2%80%93-por-sergio-martins/> Acesso em: 03 jun. 2013.

Em seguida, o mesmo autor estabelece uma interessante relação entre o *rendering*, arte ligada à simulação obtida pela computação gráfica, e a própria natureza ideológica do projeto Porto Maravilha.

Acredito que o *rendering* é a figura que melhor condensa, do ponto de vista ideológico, o Porto Maravilha, já que alia visibilidade espetacular (e frequentemente espelhada) de suas torres de luxo à opacidade que reveste de incerteza a política habitacional e urbanística da área. A ausência de debates prévios e aprofundados, capazes de dar voz e vez a anseios outros que os do interesse econômico, é compensada por visões virtualmente acabadas de um futuro já decidido e embalado para consumo.

Joaquim Ferreira dos Santos (2013)¹³, jornalista sempre atento aos caminhos da crônica, percorre, como bom *flâneur*, o Morro da Conceição, joia da Zona Portuária, e a crônica vai saindo até ganhar o título de súplica – *Não vá ao Morro da Conceição*:

Nada acontece no Morro da Conceição, um milagre que sobreviveu ao desmonte dos morros do Centro, irmão do Castelo e do Santo Antônio, depósitos dos primeiros sítios do Rio [...] e hoje eu só quero o de sempre, subir as escadarias esculpidas na Pedra do Sal e ir em frente, passar na Rua do Jogo da Bola, [...] e dar uma parada na praça-mirante que eu esqueci o nome. Dali, olhar a estupidez moderna de um desses navios que param no porto do Rio no verão, na verdade um edifício sobre águas, um condomínio certamente insuportável que, na sua empáfia, consegue ficar acima da linha dos prédios da Rodrigues Alves. Essa visão do que deve ser o inferno turístico me leva de volta às ladeiras vazias do Morro da Conceição e ao medo de que, com a abertura esta semana do Museu de Arte do Rio, logo aos seus pés, elas não fiquem tanto assim.

Em 2013, o Rio de Janeiro permanece sob o signo da transitoriedade permanente. Não faltam exemplos diariamente noticiados pela mídia: da tentativa de descaracterização do patrimônio tombado (Marina da Glória) à alteração dos parâmetros construtivos nas cercanias do Parque Natural Municipal de Marapendi. Motivado pelos megaeventos, uma vez mais o capital, agora mesclado ao poder político, redesenha a face da cidade. De um lado, a requalificação arqueológica, em arranjo culturalista, que impulsiona a valorização imobiliária. Do outro, a

¹³ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/nao-va-ao-morro-da-conceicao-7663502>. Acesso em: 27 fev. 2013.

remoção como prática embasada pelo discurso da segurança pública ou da preservação ambiental. Artur Xexéo na crônica *Sobre o Rio*, reflete sobre os rumos da cidade – e crava:

Até agora, tinha dúvidas, mas hoje tenho certeza: o que mais fez mal ao Rio nos últimos tempos foi ter recebido a honraria de sediar as próximas Copa do Mundo e Olimpíadas. Desde que isso foi anunciado, um oba-oba cercou a cidade que, de uma hora para outra, tornou-se o lugar perfeito, o destino-desejo dos turistas do mundo inteiro, a cidade-fetiche do planeta. [...] Mas não vou entrar para o cordão do oba-oba que quer transformá-la, sem merecimento, na melhor cidade do mundo. Não é. Está longe de ser. E não há indícios de que esteja sendo feito algo para que ela um dia receba este título (2013, p.50).

No 448º aniversário da fundação da cidade, João Paulo Cuenca publica *A cidade suspensa*, crônica na qual irmana sua trajetória pessoal à experiência urbana carioca – a da transitoriedade permanente.

A primeira lembrança que tenho da vida e do Rio é a dos meus pés de criança se equilibrando sobre uma casa demolida. [...] ao contrário dos cariocas que encontraram na sua porta as marcas do Príncipe Regente em 1808 ou da Secretaria municipal de Habitação em 2012, nunca fui expulso de forma humilhante e minha propriedade nunca foi criminosamente confiscada pelo Estado. [...] Aqui, o tempo é sempre hoje. No Rio, a história acaba e recomeça todos os dias – muitas vezes sobre o entulho de uma casa demolida (2013, p.20).

5. Conclusão

Esta monografia partiu de uma indagação-chave: quais as relações que a crônica e a cidade moderna mantêm entre si? O levantamento inicial observou que a crônica constitui um gênero híbrido que mescla aspectos da literatura a outros do jornalismo. Esta origem, ligada aos veículos de comunicação, localiza a gênese da crônica no contexto multifacetado e veloz da cidade moderna. A primeira constatação a que se chega é que, registrando o circunstancial da vivência urbana, a crônica possui o toque memorialístico.

Passada essa primeira constatação, a pesquisa deparou-se com o signo da efemeridade que, inerente à modernidade, compromete tanto a durabilidade da crônica, quanto a fisionomia da cidade. Daí o trabalho ter se debruçado sobre o conceito da “transitoriedade permanente”, formulado por Carl Schorske para definir a cidade moderna, mas que se mostrou igualmente aplicável à crônica. A cidade que, se desfaz de tempos em tempos, se reconstitui a partir da memória contada pela crônica, eventualmente livre de seu destino descartável.

Inventariadas tais relações, a pesquisa avançou pelo espaço-tempo carioca, para verificar a trajetória da cidade ao longo do século XX, justapondo a análise acadêmica à memória resgatada pela crônica. O que se viu, neste ponto, foi justamente a capacidade da crônica espelhar em seus relatos a cidade em mutação incessante. Uma cidade em que o capital, de braços dados com o poder público, conduziu não apenas a reconfiguração do espaço, mas também das formas de viver de seus habitantes.

Finalmente, no contexto do século atual, a pesquisa investigou os rumos de mais um ciclo de transformações espetaculares incidentes sobre a cidade, desta vez sob os auspícios dos megaeventos internacionais. Observou-se que, a despeito das especificidades deste ciclo, trata-se da manifestação renovada de uma velha tendência excludente, e voltada apenas para os interesses da reprodução do capital.

Quanto à crônica, a partir dos anos 1990 – principalmente com a morte de alguns de seus maiores autores – muitos estudiosos previram sua irremediável decadência. Não é bem assim: o Rio da Copa de 2014, o Rio Olímpico de 2016 é, sim, objeto do elogio, da crítica, da expectativa, do deboche – enfim, do olhar aguçado dos cronistas. A memória deste Rio que remove moradores na marra ou na sutileza gentrificada, que aposta no culturalismo como estratégia para valorização do solo, que afeta uma pacificação duvidosa como marketing político, está em construção nas crônicas selecionadas em jornais, revistas e sites, e apresentadas neste trabalho.

É provável que a suposta decadência da crônica tenha sido confundida com o remanejamento das forças midiáticas a partir do advento da internet. Os blogs substituíram as colunas? Os sites de relacionamento e os hiperlinks revolucionaram a forma de ler? A fotografia digital oferece uma memória urbana infinita, poderosa e mais acessível? Todas essas são questões que merecem as respostas de pesquisas vindouras. Por ora, é suficiente afirmar que a crônica permanece ativa, em uma espécie de trincheira, regalando boa leitura a leitores mais atentos.

Por outro lado, ao estabelecer um instrumental teórico capaz de atender as relações entre a cidade e a crônica, emerge a intenção de aplicá-lo na análise da evolução urbana de outras cidades – São Paulo, por exemplo – de modo a reconstituir sua trajetória por meio da crônica.

É mais um projeto – ou dois. Desdobramentos possíveis do trabalho que, por mãos cariocas, aqui se encerra.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Bolsa & A Vida*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Cadeira de Balanço*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.
- _____. [et al.]. *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Ática, 1980.
- ARRIGUCCI JR., Davi. *Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BANDEIRA, Manuel. O Rio de Ontem e de Hoje. In: _____ [et al.]. *Quadrante I*. 5ªed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968, p.51-53.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução: José Carlos Martins Barbosa, Hermenson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLANC, Aldir. Raposas no Galinheiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 out. 2012. p.23.
- BLOCH, Arnaldo. Ai de Nós, Rubem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2013. Segundo Caderno, p.12.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: _____ [et al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CASTRO, Ruy. Entrevista a Ricardo Rabelo. *Jornal Bafafá*, Rio de Janeiro, Ano 12, nº 94, Jun.2013. p.08
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 3ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.
- COHEN, Margaret. A literatura panorâmica e a invenção dos gêneros cotidianos. In: CHARNEY, L; SCHWARTZ, V. (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. 2ª. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 259-288.

COSTA, Amanda D. Projetos da cidade maravilhosa: o caso da modernidade carioca. In: MATA, S.R; MOLLO, H.M; VARELLA, F.F. (org.). *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009.

CUENCA, João Paulo. A cidade suspensa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º mar. 2013. Caderno Especial Aniversário do Rio, p.20.

DIAS, Ângela M. Memória da Cidade Disponível: foi um Rio que passou em nossas vidas. A crônica dos anos 60. In: RESENDE, B. (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: J. Olympio: CCBB, 1995. p. 58-75.

EWALD, Ariane. *Crônicas folhetinescas: o renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

FARIAS, Patrícia. A praia carioca, da colônia aos anos 90: uma(s) história(s). *Contracampo, revista do mestrado em comunicação, imagem e informação*, Niterói, nº 04, p.125-145, janeiro, 2000.

FAWCETT, Fausto. O primeiro do resto da vida. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 dez. 2011. Revista O Globo, p. 70.

GARÇONI, Ines. O Vidigal visto do alto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 mai. 2013. Revista O Globo, p. 26-33.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades a cidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

IVO, Ledo. A Fábula da Cidade. In: SALES, Herberto (Org.). *Antologias escolares Edijovem, crônicas: 80 crônicas exemplares*. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p.59-61.

LINS, Vera. Antônio Maria: um Baudelaire nas Noites do Rio. In: RESENDE, B. (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: J. Olympio: CCBB, 1995. p. 117-129.

LIMA BARRETO, Afonso H. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956a.

_____. *Marginália: artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

_____. *Vida Urbana: artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1956c.

LOPEZ, Telê P.A. A crônica de Mário de Andrade: impressões que historiam. In: CANDIDO, A. [et al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.165-187.

MARIANI, Luiza H. S.C. Bilac, João do Rio e a Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro, *Revista Contemporânea*, Ed.16, Vol.8, Número 3, p.133-144. 2010.

MARTINS, Sérgio Bruno. O MAR de cima a baixo. Blog do Instituto Moreira Salles, 07 abr. 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 6ª. ed. São Paulo: Global, 1986.

MELO, Erick, S. Omena de. Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira: os impactos dos megaeventos esportivos. Observatório das Metrópoles: Instituto Virtual sob coordenação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MEYER, Marlyse. Voláteis e Versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. In: CANDIDO, A. [et al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.93-164.

MORAES, Vinicius de. *Para viver um grande amor*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

MURICY, Katia. Os espaços alegóricos de Walter Benjamin. In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *Espécies de espaço: territórios, literatura, mídia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p.19-36.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, A. [et al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.75-91

_____. História da Crônica. Crônica da História. In: RESENDE, B. (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: J. Olympio: CCB, 1995. p. 14-31.

OLIVEIRA, José Carlos. *O Rio é assim: a crônica de uma cidade, 1953-1984*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. *Cidade dos artistas: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

REBELO, Marques. Cosme Velho. In: SALES, Herberto (Org). *Antologias Escolares Edjovem, crônicas: 80 crônicas exemplares*. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p.80.

REDONDO, Andréa Albuquerque G. Patrimônio do Rio: proteção e retrocesso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mar. 2013. p.A3.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio em fragmentos*. Rio de Janeiro: UFRJ; Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. Rio de Janeiro, cidade da crônica. In: _____(org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: J. Olympio: CCBB, 1995. p. 34-55.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; OLINGER, Marianna. The favela in the city-commodity: desconstruction of a social question. Observatório das Metrópoles: Instituto Virtual sob coordenação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIO EM TRANSFORMAÇÃO: há em 110 anos, Pereira Passos começava a mudar a cara da cidade, que hoje passa por uma nova revolução urbana. *O Globo*, 30 dez. 2012. Caderno O Globo Projetos de Marketing, p.01.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: M. Claret, 2007.

_____. *Uma antologia*. 4ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. O Ecletismo e seus Contemporâneos na Arquitetura do Rio de Janeiro. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Guia da Arquitetura Eclética do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p. 5-24.

ROLNIK, Raquel. Verdes versus gentes: entenda o conflito da comunidade do Horto, no Jardim Botânico no RJ. Blog *Habitat*, 04 abr. 2013.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 6ª. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. Não vá ao Morro da Conceição. Portal *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 fev. 2013.

SCHORSKE, Carl E. A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. In: _____. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 53-72.

SEGRE, Roberto. Os caminhos da modernidade carioca (1930-1980). In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Guia da Arquitetura Moderna do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p. 5-22.

SILVEIRA, Joel. Cogumelos. In: SALES, Herberto (Org). *Antologias escolares Edijovem, crônicas: 80 crônicas exemplares*. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p.39-40.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio G (org.). *O Fenômeno Urbano*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-25.

SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e sensacionalismo popular. In: CHARNEY, L; SCHWARTZ, V. (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. 2ª. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p.95-123.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Um poeta invade a crônica. In:_____. *Papéis Colados*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p.261-264.

TORRES, Fernanda. Oporpulismo. Site *Veja Rio*, Rio de Janeiro, 17 nov. 2012.